



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO
ROMÃO/MG**
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP: 39290-000

ATA DE REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 081/2023
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 018/2023**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2023, às 16h, reuniu-se na sala de licitações da Prefeitura Municipal de São Romão/MG, a Pregoeira, Sra. Déborah Santana Viana Torres, e a Equipe de Apoio formada pelos Srs. Alexandre de Vasconcelos Pereira e José Maria Cezário dos Santos, para dar prosseguimento ao **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 081/2023, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2023**, cujo objeto é a aquisição de pneus, câmaras e protetores, para atender à frota municipal.

Esta reunião foi designada para julgar a Impugnação aviada pela empresa **AUGUSTO PNEUS EIRELI-EPP**, CNPJ 35.809.489/0001-21.

A Pregoeira recebeu o parecer da Assessoria Jurídica e após análise decide acolhe-lo em sua íntegra, conforme transcrição abaixo:

*“Recebemos o **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 081/2023, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2023**, cujo objeto é a aquisição de pneus, câmaras e protetores, para atender à frota municipal, juntamente com a irrisignação apresentada pela **AUGUSTO PNEUS EIRELI-EPP**, CNPJ 35.809.489/0001-21.*

Após a análise da impugnação, emitimos nosso parecer jurídico, nos seguintes termos:

A Impugnante apresenta sua irrisignação da seguinte forma:

“Como é cediço, a licitação tem duas finalidades precípua, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia.

Tais objetivos somente são atingidos, no entanto, diante da ampla competitividade entre todos os participantes do certame, que de maneira leal acudam à licitação, se habilitem e apresentem suas propostas exatamente como determina as regras do edital e legislação pertinente à matéria.

Infere-se que no Instrumento Convocatório há as seguintes previsões(página 06):

1.4.1 – As empresas vencedoras dos pneus deverão apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica:

- a) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do LICITANTE participante;
- b) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do FABRICANTE dos pneus, cadastro de fabricação de pneus e similares; De acordo com a Resolução do CONAMA nº 416/2009, bem como, Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente.”- DESTAQUE DA IMPUGNANTE.

Transcreve excerto da resposta à Consulta 1141537, exarada pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que teve como Relator o Conselheiro Mauri Torres, que acompanhando o entendimento do Tribunal de Contas da União, entendem que não se deve admitir o CTF/APP somente em nome dos fabricantes, pois assim, alijariam os importadores da disputa, como abaixo transcrevemos:

[...] Destaco que no Tribunal de Contas da União (TCU) prevalece a tese jurídica de que os editais licitatórios “ao somente admitirem o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) **em nome de fabricantes, alijariam os importadores da disputa**”.

Assim, por unanimidade, os Ministros do Tribunal de Contas da União consideraram, no julgamento da Representação nº. TC-013.171/2022-4, de relatoria do eminente Ministro Vital do Rego, que “tal imposição afasta os importadores da disputa, **restringindo indevidamente o caráter competitivo da licitação, em afronta ao art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993**” (GN) (Acórdão nº. 2351/2022 – TCU – Plenário – Processo TC-013.171/2022-4 (Representação) – Relator: Ministro Vital do Rêgo – Data da Sessão: 19/10/2022).

No caso do procedimento em comento, o objetivo da exigência não é vedar e tão pouco ferir o caráter competitivo, mas assegurar à administração pública no tocante a contratação e aquisição de pneus em que seus fabricantes não possuem certificação ambiental e a administração pública torna-se refém de aquisições de produtos de qualidade inferior e sobre tudo sem a devida certificação ambiental, além de se tratar de exigência do caput do artigo 3º da Lei 8.666/93, que trata do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, não vislumbrando a interferência no caráter competitivo sendo que todos os interessados podem emitir o certificado em nome do fabricante ou do importador dos pneus no sítio eletrônico do IBAMA.

Está claro que, não existe nenhuma limitação à concorrência, uma vez que, está claro que, serão aceitos pneus importados, porém, o importador deverá cumprir a regra imposta pelo IBAMA, apresentando o CTF/APP.

A vantagem envolve tanto o custo a ser arcado pela Administração quanto o fornecimento prestado pelo particular; e o atendimento da exigência Legal indicada no caput do artigo 3º da Lei 8.666/93, quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, assim defendido:

“A tutela constitucional, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como direito difuso e fundamental, feito bem de uso comum do povo (CF, art. 225, caput), já instrumentaliza, em seus comandos normativos, o princípio da precaução (quando houver dúvida sobre o potencial deletério de uma determinada ação sobre o ambiente, toma-se a decisão mais conservadora, evitando-se a ação) e a conseqüente prevenção (pois uma vez que se possa prever que uma certa atividade possa ser danosa, ela deve ser evitada), exigindo-se, assim, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (CF, art. 225, § 1º, IV)”.

A Constituição Federal prevê o seguinte:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;” – GRIFAMOS.

O objetivo primordial do dispositivo constitucional é a preservação e manutenção do meio ambiente, como abaixo transcrevemos:

O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje a nossa disposição.”

“A preocupação ambiental se espalha no mundo, exigindo maior engajamento de todos na busca de instrumentos para impedir ou diminuir a degradação ambiental e os conseqüentes problemas que emergem no âmago da sociedade de risco.”

Assim, ela deve ser examinada segundo diversos aspectos além do econômico. Nesse sentido, leciona Marçal Justen Filho:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. (...). A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, São Paulo: Dialética, 2012. Pág. 61).

O egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já tem posicionado de forma favorável

quanto à exigência do Certificado Técnico Federal - CTF - IBAMA em nome do FABRICANTE DOS PNEUS, em várias decisões, como na Denúncia nº 1.031.624 (Segunda Câmara, Relator Conselheiro Gilberto Diniz, julgamento em 20/9/2018), na Denúncia nº 1.040.630 (Segunda Câmara, Relator Conselheiro Gilberto Diniz, julgamento em 28/6/2018), na Denúncia nº 1.041.506 (Primeira Câmara, Relator Conselheiro Mauri Torres, julgamento em 4/9/2018), aderiu ao entendimento de que não há irregularidade em ser estabelecer tal exigência, por se tratar de documento facilmente obtido pelos interessados no endereço eletrônico da entidade. A título de elucidação, transcrevo a ementa da Denúncia nº 1.031.624 e da Denúncia nº 1.041.506:

“[Denúncia no 1.031.624]

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR E PROTETORES. IRREGULARIDADES. CERTIFICADO DE REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL EM NOME DO FABRICANTE. IMPROCEDÊNCIA (...). DENÚNCIA PARCIALMENTE PROCEDENTE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À LISURA DO CERTAME. RECOMENDAÇÕES.

I. Não vulnera a competição a exigência de certificado de regularidade perante o IBAMA, em nome do fabricante, sobretudo por se tratar de documento facilmente obtido pelos interessados no endereço eletrônico da entidade.”

“[Denúncia no 1.041.506]

DENÚNCIA. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR. EXIGÊNCIA, COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO, DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO IBAMA. IMPROCEDÊNCIA.

Dependendo da natureza do objeto a Administração pode exigir, na fase de habilitação da licitação, certificado de regularidade junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em nome do fabricante, com supedâneo nas normas de defesa do meio ambiente e no inciso IV do art. 30 da Lei n. 8.666/93.”

Segundo TCE do Estado do Paraná a exigência do Certificado do IBAMA do Fabricante dos pneus é reconhecida como legal e regular.

“Exigências válidas

Segundo o TCE-PR, são válidas as exigências de certificação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais; prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega; CTF – IBAMA do Fabricante dos pneus, certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável; e apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.” – GRIFAMOS.

<http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3937/N>

Na Denúncia nº 912138 (Primeira Câmara, Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, julgamento em 09/08/2016), julgou legal a exigência de certificado de regularidade da empresa fabricante dos pneus perante o IBAMA e por idênticos fundamentos, também considerou plausível exigir certificado de regularidade da licitante perante o IBAMA:

“Mostra-se aliás louvável o intento de promover a licitação mais verde possível, isto é, que observe tantos critérios de sustentabilidade quanto possível, in casu, exigindo não só um, mas dois certificados ambientais perante o IBAMA, de modo a assegurar que tanto o fabricante quanto o fornecedor, além dos produtos em si, estejam cercados de práticas ecossustentáveis. Ademais, ressalte-se a existência da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, **que abrange não só as empresas fabricantes e importadoras de pneus, mas também as distribuidoras e comerciantes**, nos termos da Lei nº 12.305/10, in verbis:

“Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental”. (g.n.).

Portanto, nenhum dos envolvidos na cadeia de produção e comercialização de pneus pode furtar-se às regras impostas para a devida proteção ao meio ambiente. É dizer, não se pode fomentar a formação de um passivo ambiental que coloque em risco a saúde pública, as espécies da fauna e da flora, o solo e as águas, ou qualquer outro bem integrante do inestimável patrimônio ambiental brasileiro.” – GRIFAMOS.

“DENÚNCIA N. 912138

Órgão: Prefeitura Municipal de Laranjal

Denunciante: Vanderleia Silva Melo
Denunciados: João Soares da Silva (Prefeito) e Liovaldo Nunes de Moraes (Pregoeiro)
MPTC: Marcílio Barenco Corrêa de Mello
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO E M E N T A
DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL. EXIGÊNCIAS EDITÁLICAS. INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS OU ANTICOMPETITIVAS. IMPROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÕES AO PREFEITO E AO PREGOEIRO.
Considerando que, dos apontamentos examinados, não exsurgem cláusulas editalícias ilícitas, restritivas ou anticompetitivas, julga-se improcedente a denúncia. NOTAS TAQUIGRÁFICAS 24ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara – 09/08/2016 *Exigência de certificado de regularidade da licitante e da empresa fabricante dos pneus perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.* A denunciante apontou como irregular a exigência de certificado de regularidade da licitante e da empresa fabricante dos pneus perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, itens 35.11 e 35.12, fl. 42. A unidade técnica, fls. 71/74, entendeu que não houve restrição ao caráter competitivo do certame com relação ao certificado de regularidade da empresa fabricante perante o IBAMA, pois “qualquer cidadão que visite o site oficial, bastando que se tenha conhecimento do CNPJ do fabricante ou importador para o qual revende”, fl. 71-v. A exigência do referido certificado especificamente da licitante, contudo, foi considerada restritiva tanto pelo órgão técnico quanto pelo Ministério Público, que referenciaram decisão deste Tribunal de Contas no sentido de sua irregularidade. Assim, acorde com a unidade técnica e o Parquet, **julgo legal a exigência de certificado de regularidade da empresa fabricante dos pneus perante o IBAMA.** Por idênticos fundamentos, também considero plausível exigir certificado de regularidade da licitante perante o IBAMA.” <https://cnotas.tce.mg.gov.br/TCJuris/Nota/BuscarArquivo/1202059> - GRIFAMOS.

De acordo com o Tribunal de Contas de Minas Gerais, a exigência da qualificação técnica que envolve questões ambientais, inclusive sobre produtos de origem estrangeira, muitas das vezes não se dão a devida preocupação com questões ambientais em países fora de sua origem, portanto, podendo ser uma exigência habilitatória na qualificação técnica, não vislumbrando restrição ao caráter competitivo, e nem figurando compromisso de terceiro alheio a disputa, uma vez que o licitante pode se cadastrar junto ao IBAMA, no sítio eletrônico, emitir o CTF do IBAMA em nome dos fabricantes de pneus.

A recusa, a resistência ou oposição contrária a exigência demonstra que o potencial licitante tem pretensões em ofertar um produto (pneus) sem as devidas observâncias das leis ambientais por parte do seu fabricante. As resoluções e Instruções normativas do CONAMA e IBAMA são cristalinas, inclusive mencionados nas diversas decisões do Tribunal de Contas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Quanto à legislação aplicável, temos o que reza o artigo 4º da RESOLUÇÃO CONAMA 416/2019, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.

“Art. 4º Os fabricantes, importadores, reformadores e os destinadores de pneus inservíveis deverão se inscrever no Cadastro Técnico Federal-CTF, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.” - GRIFAMOS

Portanto, tanto o FABRICANTE quanto o IMPORTADOR tem a obrigação de manter o Cadastro Técnico Federal-CTF junto ao IBAMA, e, conforme resposta à Consulta 1141537, exarada pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tanto um quanto o outro suprem a exigência legal.

Apenas como forma de reforçar a obrigatoriedade tanto do fabricante quanto do importador de manter o Cadastro Técnico Federal-CTF junto ao IBAMA, transcrevemos o caput do artigo 8º da Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente:

“Art. 8º Em Cumprimento ao estabelecido no Art. 5º, parágrafo 5º da Resolução CONAMA nº 416/09, os fabricantes e importadores deverão informar no Cadastro Técnico Federal as quantidades de pneus picados ou lascas que estão em armazenamento temporário, para que conste no controle das destinações.” – GRIFAMOS.

Portanto, a exigência lançada no Edital não pode ser considerada excessiva, ou restritiva, conforme decisão atual do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

“**Ementa:**
DENÚNCIA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. SUPOSTA IRREGULARIDADE EM CLÁUSULA EDITALÍCIA. IMPROCEDÊNCIA DO APONTAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AROUIVAMENTO.1. A jurisprudência deste Tribunal consolidou o entendimento de que, em edital de licitação cujo objeto seja a aquisição de pneus e câmaras de ar, é legal prever, como requisito de habilitação do licitante, a apresentação de certidão de regularidade emitida pelo órgão controlador em nome do fabricante ou do importador.2. O fato de o edital prever, como requisito de habilitação do licitante, a apresentação de certificado de regularidade emitida pelo órgão controlador em nome do fabricante, sem mencionar a possibilidade de o referido documento também ser expedido em nome do importador, não resulta em vício na licitação, uma vez que a Administração Municipal, ao prever a submissão do edital às disposições da lei que rege a política nacional do meio ambiente e às diretrizes do órgão controlador, deixou claro que sua intenção não foi a de excluir os (re)vendedores do procedimento licitatório.”(Processo [1102257](#) – Denúncia. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 24/5/2022) – GRIFAMOS.

Na exposição de motivos da medida provisória 495/10 (item 06) esclarece o seguinte:

“A modificação do caput do artigo 3º visa agregar às finalidades das licitações públicas o desenvolvimento econômico nacional. Com efeito, a medida consigna em lei a relevância do poder de compra governamental como instrumento de promoção do mercado interno, considerando-se o potencial de demanda de bens e serviços domésticos do setor público, o correlato efeito multiplicador sobre o nível de atividade, a geração de emprego e renda e, por conseguinte, o desenvolvimento do país. É importante notar que a proposição fundamenta-se nos seguintes dispositivos da Constituição Federal de 1988: (i) inciso II do artigo 3º, que inclui o desenvolvimento nacional como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; (ii) incisos I e VIII do artigo 170, atinentes à organização da ordem econômica nacional, que deve observar, entre outros princípios, a soberania nacional e a busca do pleno emprego; (iii) artigo 174, que dispõe sobre as funções a serem exercidas pelo Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica; e (iv) artigo 219, que trata de incentivos ao mercado interno, de forma a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do país.” – GRIFAMOS.

Como fartamente comprovado acima, a exigência é considerado legal, por vários Tribunais do Brasil, estando embasada no artigo 3º da Lei 8.666/93 e não causa nenhum ônus aos licitantes, sendo possível a emissão de Cadastro Técnico Federal-CTF tanto do FABRICANTE quanto do IMPORTADOR, pelo site do IBAMA, porém, um CTF não substitui o outro.

Dessa forma, opinamos para que o edital seja retificado para acrescentar à exigência a possibilidade de apresentação do Cadastro Técnico Federal-CTF tanto do FABRICANTE quanto do IMPORTADOR.

Dessa forma, opinamos para que a IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa **AUGUSTO PNEUS EIRELI-EPP**, CNPJ 35.809.489/0001-21, seja acolhida, para possibilitar a apresentação do Cadastro Técnico Federal-CTF tanto do FABRICANTE quanto do IMPORTADOR, alterando a redação para a seguinte forma:

1.4.1 – As empresas vencedoras dos pneus deverão apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica:

a) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do LICITANTE participante;

b) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal de fabricação ou importação de pneus e similares emitido em nome do FABRICANTE dos pneus ou do IMPORTADOR, se for o caso, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 416/2009, bem como, Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente.

Embora a alteração não afete a formulação das propostas, existe a necessidade de publicação da retificação do edital e dessa forma, opinamos pela prorrogação do prazo de credenciamento, para que haja tempo hábil para a alteração e divulgação do edital retificado.”

Dessa forma, DECIDE a Pregoeira:

Julgar procedente a IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa **AUGUSTO PNEUS EIRELI-EPP**, CNPJ 35.809.489/0001-21, tomando como base a resposta à Consulta 1141537, exarada pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que teve como Relator o Conselheiro Mauri Torres, determinando a retificação do subitem 1.4.1, do item VII, para a seguinte redação:

1.4.1 – As empresas vencedoras dos pneus deverão apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica:

a) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do LICITANTE participante;

b) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal de fabricação ou importação de pneus e similares emitido em nome do FABRICANTE dos pneus ou do IMPORTADOR, se for o caso, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 416/2009, bem como, Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente.

Dessa forma, embora a alteração não afete a formulação das propostas, existe a necessidade de publicação da retificação do edital e dessa forma, decide a Pregoeira pela prorrogação do prazo de credenciamento, para que haja tempo hábil para a alteração e divulgação do edital retificado.

Assim, designa-se o dia 28 de dezembro de 2023, às 10h, para credenciamento dos interessados.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata, que após lida e aceita, segue assinada pelos presentes.

São Romão/MG., 18 de dezembro de 2023.

Deborah Santana Viana Torres.
Pregoeira Oficial.

Alexandre de Vasconcelos Pereira.
Equipe de Apoio.

José Maria Cezário dos Santos.
Equipe de Apoio.